



Segunda-feira, 12 de julho de 2021 às 15:04, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 3150737: PROCESSO LICITATÓRIO Nº15/2021 -
INEXIGIBILIDADE Nº005/2021**

ENTIDADE

Câmara de Vereadores de Massaranduba

MUNICÍPIO

Massaranduba



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3150737>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br.

89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2021
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2021

EDITAL

1 – PREÂMBULO

A Câmara de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Paulo Cardoso, 166, bairro Centro, *torna público* para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade **Inexigibilidade de Licitação**.

2 – DO OBJETO

Constitui objeto desta inexigibilidade de licitação a contratação de inscrições para participação de agentes públicos no curso *sobre “Conheça a Lei Orgânica do Município e entenda seu Processo de Atualização”*.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | QTDE | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |
|---|--|-----------|------|------------|--------------|
| 1 | Curso promovido pela empresa IGAM/SC CURSOS E CONSULTORIA sobre <i>“Conheça a Lei Orgânica do Município e entenda seu Processo de Atualização”</i> . | Inscrição | 03 | R\$ 590,00 | R\$ 1.770,00 |
| TOTAL: R\$ 1.770,00 (Um mil setecentos e setenta reais). | | | | | |

O curso será realizado de forma presencial, nos dias 14 a 15 de julho de 2021, nas dependências do IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA, na cidade de Florianópolis-SC. Participarão do curso os servidores públicos: Jair Micheluzzi, Eli Paulino Riegel e Vereador Maicon Kuhn.

Os preços praticados se ajustam ao praticado no mercado e como o curso é aberto não há como negociá-los.

3 – DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA ME

CNPJ: 28.474.582/0001-67

ENDEREÇO: Rua General Liberato Bittencourt, 1885, sala 301 e 302, Canto, Florianópolis/SC
CEP 88070-800

TELEFONE: (048) 99824-5207

4 – DA DOCUMENTAÇÃO

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil,



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br.

89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d” do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;

c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho.

5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento dar-se-á em até 15 (*quinze dias consecutivos*) após a emissão e aceite da nota fiscal.

Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Câmara de Vereadores de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Câmara supracitada.

As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

| DOTAÇÃO | DESCRIÇÃO |
|----------------|-------------------------------------|
| 0100 | Câmara de Vereadores |
| 0101 | Câmara de Vereadores |
| 2003 | Manutenção do Legislativo Municipal |
| 333903948 | Serviços de Seleção e Treinamento |
| 1000000 | Recursos Ordinários |

6 – DA ENTREGA/EXECUÇÃO

O curso ocorrerá nos dias 14 e 15 de julho de 2021, de forma presencial na sede da contratada, conforme carga horária e programação abaixo:



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br.

89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

Dia: 14/07/2021 das 08:50 às 12:00

Dia: 14/07/2021 das 13:30 às 17:00

Dia: 15/07/2021 das 08:50 às 12:00

Programa

1. A Lei Orgânica do Município a partir da Constituição Federal
 - 1.1 A Lei Orgânica Municipal frente aos fundamentos da Constituição Federal
 - 1.2 Conceito de Lei Orgânica Municipal e a sua relação com as demais leis do Município
 - 1.3 Entendendo a regra da simetria constitucional para definição do conteúdo da Lei Orgânica Municipal
2. Compreendendo o conteúdo da Lei Orgânica Municipal
 - 2.1 Organização do conteúdo da Lei Orgânica Municipal
 - 2.2 Compreensão dos conteúdos administrativos e sociais da Lei Orgânica Municipal
3. O Processo Legislativo de Revisão da Lei Orgânica do Município
 - 3.1 Procedimentos a serem observados pela Câmara para a atualização da Lei Orgânica do Município
 - 3.2 Orientações técnica sobre a correção e atualização dos conteúdos, via rito legislativo especial
4. A Participação da Sociedade no Processo de Revisão da Lei Orgânica
 - 4.1 Hipóteses de audiências públicas e de consultas pública para debate sobre o conteúdo da Lei Orgânica do Município
 - 4.2 A relação da comunidade com a Lei Orgânica do Município com vistas ao fortalecimento da democracia
5. Correção de exercícios e indicação de medidas a serem adotadas para a correção de defasagem do conteúdo da Lei Orgânica do Município

Após a realização do curso, a nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: marilu@netuno.com.br.

A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

7 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Trata-se de contratação de 03 inscrições ao curso presencial promovido pela empresa **IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA**, sobre *“Conheça a Lei Orgânica do Município e entenda seu Processo de Atualização”*.

Desta forma, participarão 03 (três) servidores que estão diretamente ligados à matéria.

É cediço que a Constituição criou adequada presunção de que a melhor contratação se materializa por meio da competição em processo administrativo. Ademais, tal procedimento também é visto como o mais apto a preservar a impessoalidade e isonomia das aquisições.



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br.

89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

Ocorre que o próprio legislador constituinte, atento às implicações negativas que a presunção absoluta do dever de licitar acarretaria ao cotidiano de contratações da administração, previu a possibilidade de lei ordinária afastar a aplicação de tal comando em determinadas situações.

Assim, a Lei nº 8666/93, em vigor no nosso ordenamento jurídico, estabelece ser inexigível a licitação para alguns casos previstos, dentre os quais:

“Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Por sua vez, o art. 13 da mesma Lei dispõe:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

A escolha da empresa **IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA** mostra-se vantajosa para a administração porque trata da matéria de interesse a administração, além de que os palestrantes possuem especializações na área e a empresa possui larga capacidade técnica neste segmento, portanto, é a que melhor se encaixa na necessidade da Câmara Municipal no momento.

O preço mostra-se compatível com o preço praticado para cursos oferecidos pela entidade.

Por fim, submete-se à análise jurídica o presente expediente de inexigibilidade de licitação, embasado no inciso II do art. 25 da Lei Federal 8.666/93, para verificação e ratificação da justificativa exposta, no inciso VI do art. 13 da Lei Federal 8.666/93.

Massaranduba (SC), 12 de Julho de 2021.

Everton Mateus Pasold
Presidente em Exercício